

DOS PROCESSOS HISTÓRICOS DE POVOAMENTO ÀS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA CIDADE DE ARARI – MARANHÃO

*From the historical process to recent transformations in the Arari city -
Maranhão state*

*De los procesos históricos de asentamiento a las transformaciones recientes
en la ciudad de Arari - Maranhão*



Willian Carboni VIANA – Instituto Histórico e Geográfico de Arari (IHGA)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4214-2579>

EMAIL: willian.geografiayhumana@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem objetivo de compreender o espaço da urbe no município de Arari, situado na porção Norte do estado do Maranhão, verificando-se cronologicamente desde os processos históricos de povoamento às situações mais recentes de ocupação e expansão da mancha urbana. O artigo se esteia na perspectiva da pequena cidade, cuja redistribuição da população pelo êxodo rural ocasionou abruptas mudanças no meio citadino. Metodologicamente, buscou-se aproximação com a abordagem qualitativa, usando de procedimentos inerentes ao estudo de caso. Os resultados contemplaram a instalação do núcleo urbano arariense em decorrência do modo de colonização, intensificando o crescimento citadino na medida em que os processos de industrialização e modernização promoviam as transformações nas dinâmicas espaciais. A saída do campo, mais acentuadamente a partir dos anos 1980, impulsionou a ampliação desordenada da cidade, que nos últimos 20 anos esteve relacionada ao encarecimento dos lotes nas partes centrais, especulação imobiliária e dificuldade no acesso à terra por parte da população de baixa renda. O que, acrescido da falta de atuação do Estado, tem potencializado o estabelecimento de habitações em áreas de risco, em condições de vulnerabilidade ambiental, econômica e social.

Palavras-chave: Colonização; Modernização; Desigualdade Socioespacial; Cidades Pequenas.

ABSTRACT

The present work aims to understand the urban space of the municipality of Arari, located in the northern portion of the Maranhão state, verifying from historical processes of settlement to the most recent situations of occupation and urban sprawl. The article starts from the perspective of the small cities, whose population redistribution caused urban swelling. The research methodology is the qualitative approach, with procedures inherent to the case study. The results contemplated a formation of the urban nucleus for colonization mode, intensifying the growth of the city as the industrialization and modernization processes promoted changes in the spatial dynamics. The departure from the countryside, mainly, from the 1980s, boosted the disorderly expansion of the city,

which in the last 20 years being directly related to the increase in the price of lots in the most central parts, real estate speculation and extreme difficulty in accessing land by the low-income population. The little government action, it has potentiated the dwellings in risk areas, in conditions of environmental, economic and social vulnerability.

Keywords: Colonization; Modernization; Socio-spatial Inequality; Small Cities.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo comprender el espacio urbano del municipio de Arari, ubicado en la porción norte del estado de Maranhão, revisando cronológicamente desde los procesos históricos de poblamiento hasta las situaciones más recientes de ocupación y expansión del tejido urbano. El artículo parte de la perspectiva del pequeño pueblo, cuya redistribución poblacional provocó un engrosamiento urbano innecesario. Metodológicamente, se buscó abordar el enfoque cualitativo, con procedimientos propios del estudio de caso. Los resultados contemplaron el establecimiento del núcleo urbano como resultado del modo de colonización, intensificando el crecimiento de la ciudad a medida que los procesos de industrialización y modernización promovieron cambios en la dinámica espacial. La salida del campo, más acentuada a partir de la década de 1980, impulsó la expansión desordenada de la ciudad, que en los últimos 20 años ha estado relacionada con el aumento del precio de los lotes en las partes centrales, la especulación inmobiliaria y la dificultad de acceso a la tierra para la población de bajos recursos. Lo que, sumado a la falta de acción del Estado, ha potencializado el establecimiento de viviendas en zonas de riesgo, en condiciones de vulnerabilidad ambiental, económica y social.

Palabras clave: Colonización; Modernización; Desigualdad socio-espacial; Pequeñas Ciudades.

1 INTRODUÇÃO

A cidade pequena é um fenômeno urbano importante no Brasil, normalmente, inserida em cadeias produtivas que contribuem para a interiorização do país, desde o contexto primário agroexportador colonial. O IBGE (2000) a define como povoação urbana dependente da movimentação da economia rural e comércio local, cujo contingente populacional não seja superior aos 100.000 habitantes.

Para Roberto Corrêa (2011), essas cidades têm núcleos urbanos diminutos, geralmente, com menos de 20.000 ou 30.000 habitantes. Em sua definição, o fator determinante é a detenção da função político-administrativa, agregada nas características econômicas relacionadas a produção, circulação de mercadorias e prestação de serviços, articuladas ou dependentes de centros maiores.

Podem, ainda, incorporar atributos que as caracterizem como centros zonais ou subcentros, mas sem ultrapassar os limites definidores do que se entende como cidades médias, e a escapar de reducionismos físicos dimensionais (SILVA; BERNARDELLI, 2019). Tratam-se de realidades em constantes transformações, uma junção de trajetórias sociais e naturais (MASSEY, 2008), fazendo desses espaços uma constelação para novas

abordagens; que não destoam em muito dos estudos realizados nas metrópoles (MENDONÇA, 1998), mesmo que alguns autores insistam na dicotomia de cenários geográficos: cidade grande x cidade pequena.

A partir de meados do século XX, a intensificação dos processos de industrialização e modernização aceleraram a urbanização, incorrendo na redistribuição espacial da população. Os referidos processos e as dinâmicas por eles engendradas, contribuíram para as reconfigurações territoriais das cidades, quer fossem grandes, médias ou pequenas (BAENINGER, 1996; DIAS; DANTAS, 2021).

Nas pequenas cidades, os impactos foram sentidos pela falta de planejamento, onde o esvaziamento do campo concorreu para a expansão urbana. Crescimento desordenado, ocupações em áreas de risco, bairros de disputa, desemprego e aumento de criminalidade são alguns exemplos das adversidades, que avançam aos aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais (MINGIONI, 1996, p. 783), espelhando a territorialização de uma massa de mão de obra, marginalizada nos modos de produção.

Apontar os problemas do tecido urbano é um caminho necessário, para se refletir sobre as possibilidades de melhorias à ocupação ordenada da cidade. Desde o conhecimento a respeito do ambiente físico (geologia, pedologia, clima etc.), para compreender se há maneiras de permanência das habitações, passando pela integridade das moradias quanto aos serviços existentes e até especulação imobiliária, se justificam no planejamento urbano, considerando o adequado direcionamento do crescimento citadino.

Parte das condições negativas, que afetam a vida de muitos cidadãos, são inerentes aos processos históricos de assentamento. Circunstâncias essas que precisam ser reconhecidas, criticadas à luz das intencionalidades de controle do poder, e discutidas entre os seus habitantes e o poder público, revendo-se, assim, paradigmas de uso e ocupação do solo.

A concentração de muitos habitantes em áreas ausentes de qualidades dignas de moradia, deriva em grande parte dos entraves postos na ordem do dia pela sistematização do domínio territorial. Há que se admitir a apropriação pelos mais favorecidos das parcelas da cidade com maiores atrativos para habitação e circulação, aquelas que contém maiores opções de segurança, instalações de serviços, equipamentos e localização agradável etc.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo a compreensão do espaço urbano do município de Arari, estado do Maranhão, resgatando desde os processos históricos de povoamento, esvaziamento do campo, urbanização e crescimento da malha urbana, chegando-se nas situações mais recentes de ocupação da cidade.

Pretende-se, com isso, contribuir com as discussões sobre as cidades pequenas do interior maranhense, como socializar conhecimento sobre as principais dificuldades enfrentadas nos seus adensados espaços citadinos. Busca-se, ainda, auxiliar no entendimento da necessidade de intervenção, por parte do poder público, ao se demonstrar a importância dos estudos da territorialidade dos fenômenos sociais, abordando os seus aspectos essenciais para se explicar a reterritorialização e a recomposição social.

2 BASE INVESTIGATIVA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

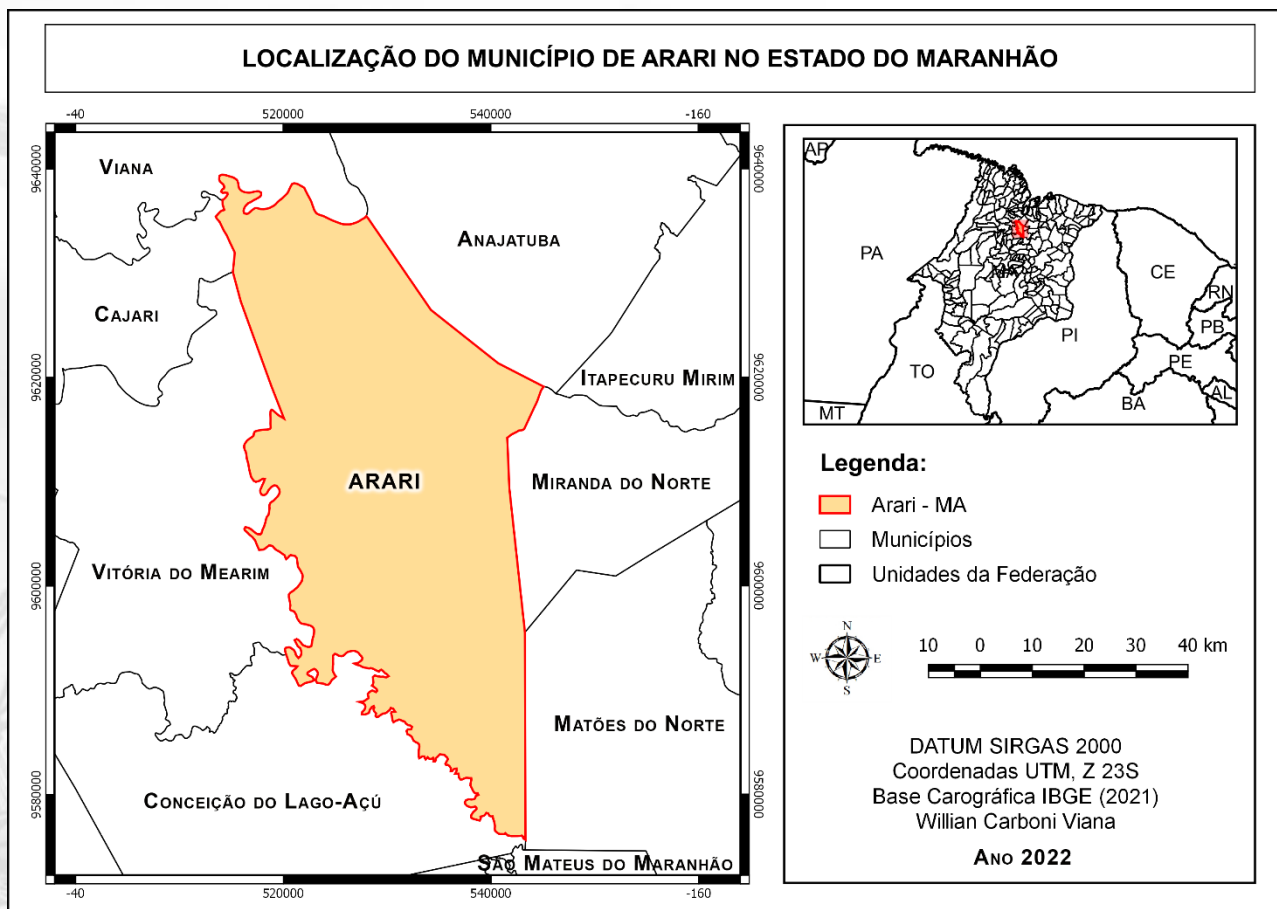
Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, com base investigativa que se aproxima da abordagem qualitativa, compondo-se do estudo de caso como procedimento metodológico. A pesquisa qualitativa corresponde a um instrumento que prioriza os atributos subjetivos dos fenômenos estudados, e o estudo de caso contribui na compreensão das dinâmicas dos processos envolvidos (GODOY, 1995; MACEDO, 2004).

O recorte geográfico em estudo é o município de Arari, situado na macrorregião Norte do estado do Maranhão, na região intermediária de São Luís e imediata de Viana (IBGE, 2017). O sítio urbano está a cerca de 162 km da capital maranhense, São Luís, quando acessado pela rodovia BR-135 até o centro da cidade de Miranda do Norte e seguindo-se pela BR-222 na direção Oeste por mais 27km (Figura 01) - Coordenada UTM 23M 0524291E 9617899N.

Em relação a dimensão temporal, essa pesquisa vislumbra desde o período colonial ao tempo hodierno, destacando-se o enfoque analítico a partir da segunda metade do século XX, com a intensificação da industrialização e modernização.

Os instrumentos utilizados, para a coleta de dados, abrangeram fontes secundárias e primárias de pesquisa. No que se refere a revisão bibliográfica, foram consultadas produções textuais de autores, como, Roberto Lobato Correa e Rosana Baeninger, centrados na problematização da cidade relacional, alargada e diversificada. Para a caracterização dos processos urbanos regionalizados, examinaram-se arquivos públicos e privados, artigos publicados em periódicos, livros, imprensa e bases de dados, fundamentalmente, as disponibilizadas nos recenseamentos. Em relação as fontes primárias, realizaram-se diálogos com três moradores antigos e dois escritores locais dedicados a história de Arari, para conhecer as histórias a partir do olhar daqueles que vivenciaram as mudanças.

Figura 01- Mapa de localização do município de Arari (MA).



Fonte: elaboração do autor; base cartográfica do IBGE (2021).

Os trabalhos de campo ocorreram oportunamente entre março e maio de 2021, no período chuvoso do ano, para melhor se visualizar as situações em estudo. Os bairros visitados na periferia foram Tamarindeiro e Conjunto Habitar Brasil, onde se situam os pontos mais críticos em relação as condições de moradia, além do centro da cidade.

Os resultados estão expostos em estatística descritiva, por meio de tabelas, mapas e discussão textual, bem como em registros fotográficos, para ilustrar os ambientes, eventos e circunstâncias observadas/vivenciadas.

Essa investigação, portanto, não remete para uma estrutura ou *corpus* disciplinar específico, assente num campo teórico e objeto científico bem delimitado, mas essencialmente para uma metodologia, ou procedimento empírico, com larga tradição na Geografia Humana.

A categoria em análise é o espaço historicizado, o território usado enquanto “quadro de vida” de um grupo e seu entorno ambiental (SANTOS, 2008). Enquanto parcela da superfície terrestre, na qual se desenvolvem os processos de produção e circulação,

desiguais, transmutáveis e dinâmicos, inerentes às ações executadas nas dimensões da complexidade organizacional (SUERTEGARAY, 2003). Onde se exteriorizam as relações estabelecidas entre espaço e poder, ocupado e delimitado por meio dos seus agentes usuários, encontrando na condição pós-moderna uma nova imposição espaço-tempo, sobretudo, a partir da diminuição das distâncias (HARVEY, 1992; 2005).

O conceito de território tem sido amplamente utilizado na América Latina, para se atestar o caráter crítico, denso e conflituoso de um contexto geográfico e seus agentes, envolvendo poder, legitimações, arranjos políticos e conflitos diversos. O que faz sentido para o que se propõe neste trabalho, por tratar de uma reflexão sobre os condicionantes históricos e processos atuais acerca da produção do espaço urbano da pequena cidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização ambiental

O clima na região em que se insere o município de Arari, pode ser classificado como Aw - tropical, com inverno seco. Esse tipo climático apresenta duas estações definidas, a saber, uma chuvosa e outra de seca/estiagem.

A temperatura no mês mais frio é superior aos 18°C e a precipitação acumulada entre 750 e 1.800mm (KÖPPEN; 1936; GOLFARI; CASER; MOURA, 1978). O regime pluviométrico é caracteristicamente concentrado entre janeiro e junho, ao passo que o período de estiagem abrange os meses de julho à dezembro, o que pode ser visto através dos dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, 2022).

O relevo é inferior aos 15 metros de altitude, regido por duas grandes morfoestruturas: Depósitos Quaternários da Baixada Maranhense, compreendendo a maior parte de Arari; e a Cobertura Sedimentar Fanerozoica, representada pela Superfície Sub-Litorânea de Bacabal que aparece no Centro-Leste do município (IBGE, 2011B).

Em relação as formações ambientais, o arranjo intracratônico no qual se situa a chamada Baixada Maranhense, e o município de Arari, favoreceu a estruturação de uma bacia sedimentar formada a partir de deposições relacionadas as regressões e transgressões marinhas. As camadas de deposição horizontalizadas configuram uma extensa planície, contendo rios meandrantés, fortemente influenciados pelas marés do oceano Atlântico (IBGE, 2011A).

A vasta rede de drenagem municipal é abrangida pela bacia hidrográfica do rio

Mearim, formada por quatro sub-bacias, a saber, Grajaú, Pindaré, Mearim e Rios Litorâneos. O rio Mearim é o mais importante dessa bacia, com cerca de 930 quilômetros de extensão, nascendo no Sul do estado e desaguando em forma de estuário na Baía de São Marcos (CODEVASF, 2019).

No que diz respeito aos tipos de solos, verifica-se que o perímetro urbano de Arari está sobre a classe do neossolo flúvico Ta eutrófico (RYve), em contato com o tipo gleissolo tiomórfico órtico (GJo). No município, principalmente na zona rural, em grandes proporções, ocorre plintossolo argilúvico distrófico (FTd) (IBGE, 2011C).

O neossolo flúvico tem sua formação diretamente relacionada a calha do rio Mearim, caracterizado por mineral não hidromórfico e com origem em sedimentação recente - por sobreposições de camadas de sedimentos aluviais sem relações pedogenéticas. O gleissolo, nesse contexto, formou-se em condições de saturação de água, mineral, facilmente encontrados nas várzeas alagáveis, áreas mais baixas do relevo. O plintossolo, por sua vez, constitui-se de materiais minerais, com horizontes plínticos, litoplínticos ou concrecionários (EMBRAPA, 2006; IBGE, 2015).

O neossolo flúvico, marginalmente ao Mearim, situa a parte urbana mais antiga, enquanto que o gleissolo, circundante, pode ser visto em partes dos bairros mais afastados à Leste, como, Tamarindeiro, Habitar Brasil, Cafezal e Roseana Sarney, caracterizando o chão das áreas impróprias para ocupação humana.

A vegetação do município é caracterizada por formações de influência marinha e fluviomarinha, representadas por manguezais, campos salinos e comunidades aluviais (IBGE, 2012). A cobertura vegetal original foi devastada, tanto pelo desmatamento para extração seletiva de madeira, quanto para conversão de extensas áreas de pastagens para pecuária ou empreendimentos de monocultura, essencialmente, arroz (sequeiro e irrigado).

A cidade de Arari ocupa a porção mais a Noroeste do município, predominantemente na margem direita do Mearim, cujas raízes remetem à colonização vinda a partir do litoral maranhense; consolidada através dos grandes rios navegáveis que adentravam ao interior do território.

3.2 Ocupação no período colonial

O processo de ocupação colonial, ganhou força a partir de 1530 com o aumento das atividades estrangeiras na costa brasileira. A organização político-administrativa, imposta pela Coroa portuguesa, foi determinada em 1534 com o estabelecimento das

Capitanias Hereditárias, iniciando o processo de colonização (CALDEIRA *et al*, 1997).

A administração era indireta e descentralizada às escalas regional e local, uma vez que transferia aos donatários e colonos as responsabilidades militares, judiciárias e fazendárias, ficando com a Metrópole os encargos da fiscalização (FERRO, 2017).

No atual território do estado do Maranhão, o domínio luso-espanhol era constantemente atormentado por franceses, holandeses, piratas ingleses e até por aventureiros italianos, sobretudo, após 1580 (CARDOSO, 2011, p. 321).

Os franceses conseguiram invadir partes do litoral maranhense, no âmbito dos empenhos da França Equinocial, sendo fundada a cidade de São Luís em oito de setembro de 1612, por Daniel de La Touche e François de Rasily. A retomada portuguesa ocorreu já em 1615, sob comando de Jerônimo de Albuquerque, e cerca de seis anos depois foi criado o estado do Grão-Pará e Maranhão (FERRO, 2017).

Grande parte das vilas instaladas na região, nos dois primeiros séculos de colonização, se deram mais pelo esforço e interesse dos colonos e donatários, pois ainda que tivessem o apoio, não contavam com a participação direta da Metrópole.

Antes do estabelecimento dos colonizadores no Mearim, havia diversas etnias indígenas habitando a região, se destacando as populações gamela, guajajara, timbira, cahycahy, obajara, guaxiná, guaná e tupinambá (NIMUENDAJU, 2017). Parte desses grupos eram sociáveis à estratégia portuguesa de aproximação, como, os guajajara, que se situavam desde o vale do rio Turiaçu ao médio curso do rio Mearim, e que foram contatados ainda antes de meados do século XVII (LOPES, 1970, p. 68).

A integração do domínio territorial no Maranhão, e Nordeste da Colônia, se deu apenas no século XVIII, concretizada em acordos comerciais com os franceses e na expulsão dos holandeses (MELLO, 2001, p. 87-124).

As áreas mais interioranas passaram a ser ocupadas, a partir da capital São Luís, na medida em que a colonização avançava pelas ribeiras dos rios Mearim, Itapecuru, Pindaré e Munin (PEREIRA, 2017, p. 31-32). Essa empreitada, para o interior do estado, foi orientada pela criação de gado e favorecida pela navegação fluvial, assim, o povoamento se intensificou de 1700 em diante (LOPES, 1970).

A vinda pelo rio Mearim, representou a instalação de engenhos e grandes fazendas, tomando-se, como referencial, marcos territoriais deixados pelas missões de catequização indígena, empreendidas pelos padres católicos (LOPES, 1970; ARENZ, 2010).

As extensas planícies do Mearim calharam a ser de interesse para o povoamento, onde a retomada portuguesa viabilizou a chegada de mais imigrantes, sobretudo,

portugueses de Açores (Marques, 1980).

3.3 Formação do núcleo urbano

O município de Arari tem sua origem no avanço da colonização, através do Mearim. Conta-se que em 1723, o padre jesuíta José da Cunha D'Éça, Fidalgo Real e Capitão-Mor da ribeira do Mearim, teria doado meia légua de terras para imigrantes açorianos onde hoje se situa o povoado Curral da Igreja. O padre D'Éça doou materiais, utensílios, equipamentos, quatro escravos e intermediou a vinda de gado para viabilizar a construção de um curato e uma capela (MARQUES, 1870; BATALHA, 2002; BEZERRA, 2014).

Em 1728, as constantes cheias na planície de inundação ocupada pelos imigrantes, fez com que parte deles se mudassem para um terreno cerca de seis quilômetros Mearim acima, denominado Sítio Novo (MARQUES, 1870; BATALHA, 2002; FERNANDES, 2008). A intensificação dos processos de erosão e, novamente, as cheias, propiciaram a população se mudasse desse local na década de 1750, para onde viria a ser a sede da atual cidade de Vitória do Mearim. Algumas famílias, optaram por se instalar em outros pontos entre Curral da Igreja e o distrito sede de Vitória do Mearim. Em um desses pontos se deu a formação do núcleo urbano de Arari, com o estabelecimento de moradias e a abertura da primeira rua da cidade, denominada José da Cunha D'Éça (MARQUES, 1870).

Em 1755, no âmbito da diversificação da economia iniciada no Reino, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM), o que mais tarde confirmaria a integração de Arari como zona produtora. A produção de algodão, derivados de cana-de-açúcar, arroz, couro, frutas tropicais, dentre outros gêneros, passou a ser escoada regularmente pelo rio Mearim até a capital, São Luís, e dali, alguns produtos prosseguiram para a Europa (CANEDO, 2008).

Antes do final do século XVIII, registra-se no baixo curso do Mearim um articulado comércio entre os moradores e entre eles com populações nativas, em adição ao modelo de comércio agroexportador. Os comerciantes de Arari, por exemplo, seguiam até a confluência dos rios Pindaré e Grajaú, por onde acessavam as aldeias indígenas Aratauhy, Palmeira, Matta dos Bois e Yativa, e realizavam trocas de arroz e feijão, dentre outras coisas, por artigos produzidos pelos indígenas, como, mandioca, amendoim, madeira, óleo de copaíba, artesanatos gerais, etc. (MARQUES, 1870, p. 389).

Em 1806, o morador Lourenço da Cruz Bogéa conseguiu autorização junto ao bispo do Maranhão Dom Luiz de Brito, para a construção de uma capela. A edificação foi

concluída em 1808, recebendo sob procissão a imagem de Nossa Senhora da Graça (BATALHA, 2002; BEZERRA, 2014).

O crescimento da povoação em volta da capela consolidou a formação do núcleo urbano de Arari, sendo elevado à categoria de distrito pela Lei Provincial número 465 de 24 de maio de 1858, subordinado à Vitória do Mearim (à época com nome de Baixo Mearim). Ainda em 1858 fora construída uma igreja no atual Largo da Matriz.

O sítio urbano de Arari, portanto, está situado numa área de deposição fluvial nas margens do Mearim, se tornando ponto de referência na integração, circulação e escoamento dos produtos regionais (BATALHA, 2002; VIANA; SANTOS, 2021). Com o adensamento populacional, Arari foi elevado à categoria de município em 1864, instituído pela Lei Provincial 690 de 27 de julho daquele ano.

Na divisão administrativa registrada em 1911, o município de Arari aparece constituído dos distritos de Arari e Barreiros. Em 1933 consta apenas formado por distrito sede. Em 1948 foi criado o distrito de Bonfim do Arari, sendo anexado ao território municipal. Devido ao tráfego intenso de embarcações, responsáveis pela circulação de mercadorias e pessoas no Mearim, fora instalada uma unidade de fiscalização da Capitania dos Portos em anexo ao Largo da Matriz, reforçando a importância fluvial no desenvolvimento regional (BATALHA, 2002, p. 21-30). Na divisão territorial de 1960, Arari aparece constituído de dois distritos, sendo o sede e o outro denominado Bonfim do Arari, assim permanecendo.

A urbanização e ampliação física da cidade era pouco expressiva até os anos 1950, o que foi modificado abruptamente nas décadas seguintes pelos processos de industrialização e, sobretudo, modernização do campo (VIANA, 2021).

3.4 Saída do campo e crescimento da cidade

Considerando o contexto histórico, o saldo das capitâncias hereditárias foi determinante para a concentração fundiária no Brasil. O mecanismo exposto na Lei das Terras de 1850, converteu os terrenos em mercadorias de custo elevado, o que privilegiou a população detentora do capital e consolidou a constituição dos latifúndios.

No entanto, as instabilidades e incertezas da economia agrária maranhense do final do século XIX, fez com que muitos desses latifundiários desistissem da agricultura e investissem seu capital na instalação de indústrias e comércios nas cidades, com grande parte deles a migrar para centros regionais previamente firmados. A situação no início do século XX permitiu que esses fazendeiros latifundiários partilhassem suas terras e as

vendessem por valores mais baixos, resultando num aumento das propriedades entre 5 e 50 hectares até a década de 1950 (CANEDO, 2008), o que a priori beneficiou o desenvolvimento da agricultura familiar.

Em relação ao perfilamento societário, os donatários, latifundiários e detentores de grandes fazendas e rebanhos do passado, passaram à banqueiros, republicanos e monopolistas das redes de comércio.

Nos anos 1960, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), estreou o programa de doação de terras no Maranhão, trazendo lavradores de outros estados do Nordeste, sobretudo, do Ceará e de Pernambuco. Seduzidos pela possibilidade de escapar da seca e da extrema pobreza, migravam com suas famílias para o interior maranhense. A adoção dessa estratégia pela SUDENE não se refletiu em desenvolvimento produtivo, pois as práticas agrícolas continuavam a ser empreendidas de maneira tradicional, mas criou instabilidades e olhares desconfiados em relação aos recém chegados por parte dos maranhenses (CANEDO, 2008).

A década de 1960 foi emblemática no avanço da lógica capitalista sobre o meio rural-agrário. O governo maranhense passou a incentivar os grandes empreendimentos agropecuários e de monocultura, convergindo para algumas cidades as agroindústrias. Mudanças norteadas pela concepção da Teoria da Modernização que, pelo menos na Escola Norte-Americana de Sociologia da época, considerava os modos tradicionais como sendo subdesenvolvidos (BERNSTEIN, 1996, p. 197).

Deste modo, tendo como mote a modernização pelo uso racional, o então governador, José Sarney, promulgou em 1969 a chamada Lei Sarney de Terras. Essa lei pôs à venda as terras consideradas devolutas (CANEDO, 2008), mas que em primazia, eram ocupadas por lavradores camponeses, gerando e agravando conflitos pela sua posse (ANDRADE, 1984; BARBOSA, 2013).

Em 1976, a utilização da Lei Sarney, oportunamente, foi reforçada com a criação da Lei Federal 6.383/76, conhecida como Lei da Ação Discriminatória que, ao versar sobre os processos discriminatórios de aquisição das terras retornadas à União, deu maior amplitude à regulamentação do latifúndio e a grilagem (CANEDO, 2008).

A maneira como as terras eram requeridas excluiu a maior parte dos lavradores, notadamente aqueles subletrados, por desconhecerem os trâmites dos editais e terem dificuldades em chegar ao guichê público para se provarem donos da terra. Assim, suportou-se a ampliação da tomada de terras por certos grupos, com a conivência dos cartórios locais.

Os processos de grilagem e tomada de terra foram tão intensos, que era possível definir os responsáveis por cada função na expropriação dos camponeses, conforme destacado por Asselim (1982) *apud* Barbosa (2013, p. 116): 1) Grupos econômicos e políticos sob proteção dos órgãos de segurança da Ditadura Militar, como, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Serviço Nacional de Informação (SNI); 2) Testas de ferro, que eram os responsáveis por planejar e organizar a grilagem; 3) Servidores públicos ou pessoas determinadas à cumprir certas tarefas ordenadas pelo regime; 4) Instituições e funcionários aliados aos testas de ferro; 5) Limpadores de área, que eram aqueles incumbidos de deixar as terras livres dos posseiros/ocupantes.

A promessa de terras “públicas” vendidas sem pregões e/ou correções monetárias, atraiu fazendeiros e grupos empresariais do Sul do país para o município de Arari. Aqueles gaúchos cujas ações discriminatórias de aquisição de terras, ainda que em julgamento, não tiveram suas concessões escrituradas na década de 1980, recorreram ao auxílio de grileiros para garantir a posse dos terrenos, em muitas ocasiões pagando quantias significativas para isso (BARBOSA, 2013).

A estratégia do Estado, para inserir o Maranhão no circuito da economia brasileira, durante os anos 70, abrangeu de fato as terras devolutas, mas atingiu as terras ocupadas pelos pequenos lavradores tradicionais, geralmente, descendentes de índios, negros quilombolas, migrantes e imigrantes mais pobres (PEDROSA, 1999). Grupos historicamente desfavorecidos, que por não deterem o título de posse ante aos órgãos públicos, foram repelidos das suas terras.

O que não se tratou de um simples processo espontâneo de aquisição de terras devolutas, mas da compra de terras cuja ocupação pelo campesinato, ainda que incipiente, se processava há pelo menos dois séculos (ANDRADE, 1984; BARBOSA, 2013).

A expulsão dos pequenos lavradores contribuiu para a desarticulação da precária agricultura familiar, substituindo-a por rebanhos e monoculturas, mantendo-se, assim, a hierarquia social e gerando mais conflitos entre posseiros uns com os outros e entre eles e os “representantes da modernidade” (PEDROSA, 1999).

Conforme os relatos de alguns dos moradores antigos da cidade de Arari:

Os donos das terra cercava! Eles cercava tudo. Aí, ia no cartório, dizia que era deles. Não tinha o que fazer, era juntar as tralha e sair. Sem a terra, as pessoa ia pra cidade. Depois, as máquinas fazia tudo e muita gente foi pras firma, pra lugar longe, as vez voltava, as vez levava outros da família (Salomão Ericeira, natural de Arari, nascido em 1938).

E ainda:

O arroz mecanizado jogou as pessoas pras firmas e pras favelas, pra lugar que ninguém devia morar. A agricultura mecanizada só serve pra duas pessoas: pra quem tem a máquina e pra quem dá o insumo. (...) Eu não queria isso pro meus filhos, foi o jeito foi sair (...) pra buscar outro lugar, tentar continuar, caçar outra coisa pra poder viver'' (José Pereira, natural de Arari, nascido em 1947).

No cerne da questão fundiária, o arranjo de distribuição de terras e condições de trabalho dispôs-se de modo amplamente desigual. A concentração fundiária, acrescida de pouco incentivo, carência de políticas públicas aos pequenos produtores, insuficiência da infraestrutura, equipamentos públicos precários, dificuldades no abastecimento de água, setor educacional praticamente inexistente, falta de saúde, baixos salários, subemprego e desemprego, sublinharam o abandono do meio rural e a legitimação de uma orientação à economia monocultora.

O Estado deu preferência ao modelo de agricultura patronal, suscitando um ambiente rural instável, perverso, conflituoso e excludente. Condição essa que serviu de motor para o esvaziamento do campo.

A partir da expropriação dos camponeses e daqueles que buscavam melhores condições de vida, os movimentos populacionais seguiram algumas direções principais: 1) para Oeste, Sudoeste e Sul do Maranhão, onde os migrantes atuavam diretamente na expansão das fronteiras agrícolas (HOEFLE, 2013); 2) migrações para povoados próximos, onde a grilagem e outros conflitos pela posse da terra ainda não havia chegado, para terras menos férteis e desinteressantes para os grandes empreendimentos (movimento rural-rural); 3) migrações para a cidade de Arari (rural-urbano) e cidades próximas; 4) migrações para centros regionais que exerciam atração para mão de obra, como, Itapecuru Mirim, Caxias, Imperatriz, Açailândia e para a Capital São Luís (contribuindo para sua metropolização); 5) para fora do estado em busca de trabalho, como, Belém (PA), Marabá (PA), Serra dos Carajás (PA), Fortaleza (CE) e até mesmo São Paulo (SP).

A expansão da monocultura do arroz e o crescimento da pecuária, empreendimentos que passaram a atuar na lógica do agronegócio (*agribusiness*), utilizaram-se de latifúndios e da força do capital para se perpetuarem hegemônicos. Portanto, essas atividades refletiram a Modernização conservadora, com incentivo do Estado via agências de fomento, tiveram relações com as mudanças territoriais.

3.5 Redistribuição espacial da população e crescimento da malha urbana

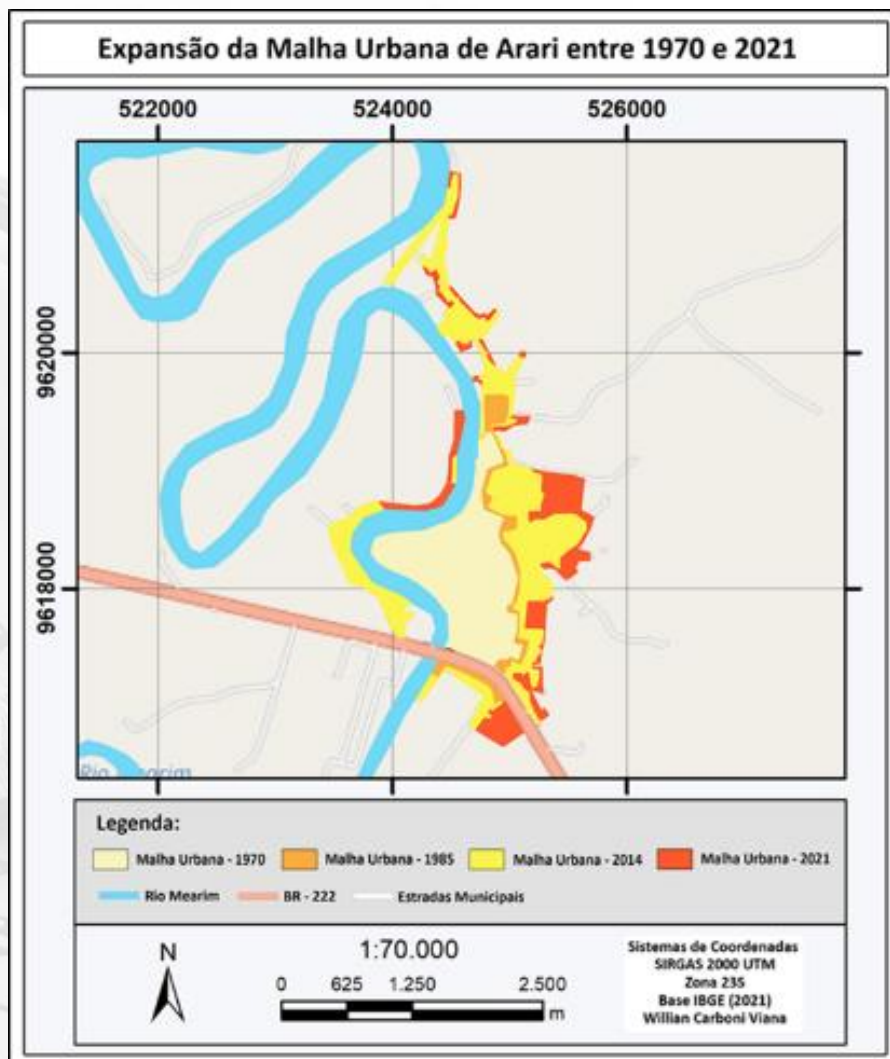
No município de Arari, a população rural manteve-se em crescente até 1980, quando a partir de então o cenário passou a mudar. Contudo, foi apenas em 1991 que a população urbana passou a ser predominante em relação a rural. Em 1940 a população rural era 6.940 e a urbana de 4.019, em 1950 a rural era de 9.468 e a urbana de 3.766, em 1960 a rural de 11.911 e a urbana de 4.429, em 1970 a rural de 11.903 e a urbana de 5.889, em 1980 a rural era de 13.595 e a urbana de 8.679. A partir de 1991, a população rural de 11.951 e a urbana passou à 12.875, movimento que seguiu em 2000 com a rural de 10.913 e a urbana de 15.453 e em 2010 com 11.005 pessoas a viver no campo e 17.483 na cidade (IBGE, 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

No que diz respeito a taxa de urbanização, observa-se um aumento expressivo a partir de 1980. Em 1940 a taxa de urbanização era de 36,6%, em 1950 caiu para 28%, em 1960 para 27,1%, em 1970 aumentou para 33% e seguindo em crescente, registrando-se em 1980 38,9%; em 1991 essa taxa já era de 51,8%, aumentando para 58,6% em 2000 e para 61,3% em 2010 (a densidade demográfica é de 25,89 h/km em 2010).

A urbanização, pelos fatores repulsivos, se intensificou da parte final nos anos 1980 em diante, mantendo-se em crescente desde então.

A primeira área de expansão, depois de 1985, foi o bairro das Malvinas, que passou a receber famílias vindas dos povoados do próprio município e vizinhos, como, Viana, Miranda do Norte e Vitória do Mearim. Nos primeiros 5 anos da década de 1990, surgiram os bairros Roseana Sarney e Tamarindeiro. Em 1998 foi criado o bairro Habitar Brasil (conhecido como conjunto Rui Filho, prefeito à época), sendo fruto do Programa Habitar Brasil - Morar Melhor implantado no início segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, cabendo a prefeitura a desapropriação dos terrenos à época. Nos anos 2000 foi criado o bairro Maestro Gonçalves (Bairro 13).

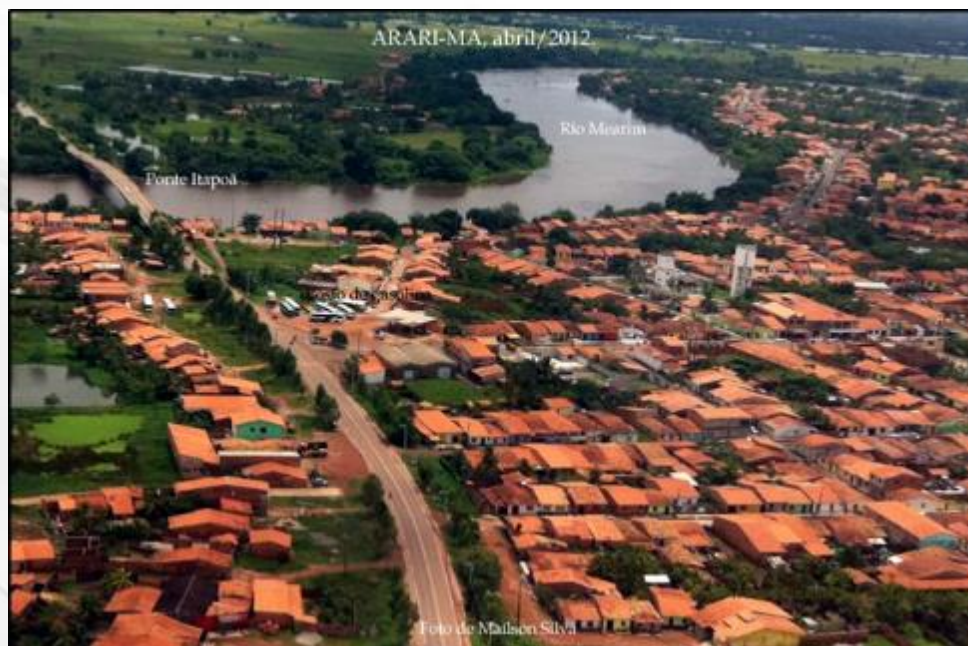
Dentre as formas de expansão urbana vistas no Brasil, observa-se que ocorre em Arari uma ampliação da mancha urbana existente (JAPIASSÚ; LINS, 2014), circundante ao centro da cidade, formando a partir dos seus arredores o que se considera a periferia, incluindo-se as áreas baixas e alagáveis (Figura 02).

Figura 02 - Expansão da malha urbana de Arari entre 1970 e 2021.

Fonte: elaboração do autor; com base cartográfica do IBGE (2021).

O êxodo rural propiciou que as pessoas, deslocadas do campo, viessem para as áreas circundantes do núcleo inicial, para morar em casas de barro e de palha, configurando as condições de moradia precárias.

O crescimento desordenado, territorializou famílias em situação de vulnerabilidade, em espaços reduzidos, irregulares, desqualificados, sem regularização fundiária e com pouca ou nenhuma mobilidade, em um processo análogo ao da favelização (Figura 03).

Figura 03 - Vista da cidade de Arari em 2012.

Fonte: foto de Mailson Silva recuperada de Mendonça (2022).

Os tamanhos dos lotes urbanos variavam desde quatro a sete metros de fachada com oito, nove ou dez metros de fundo, o que diminuía para até quatro metros de fachada por cinco metros de fundo nas áreas mais afastadas do centro da cidade. Portanto, não havia um padrão definido. Apenas em 2006, a propósito da criação da Lei do Plano Diretor, Arari passou a contar com uma incipiente regularização, instituindo-se o limite de no mínimo 10 metros de frente por 20 de fundo (PDA, 2006).

Sobre os preços, durante a década de 1990 até o início dos anos 2000, lotes inteiros eram vendidos por cerca de 10 Reais. O que mudou drasticamente ainda no decorrer do primeiro decênio de 2000, essencialmente, pela especulação imobiliária, e restando os terrenos mais afastados e sujeitos a alagamentos sazonais. Os lotes mais caros da cidade se situam no centro, onde muitos empresários locais têm adquirido lotes e imóveis para locação e venda futura.

O principal responsáveis pela formação desses lotes era a iniciativa privada, sendo que os primeiros bairros de Arari tiveram o mesmo princípio de surgimento: ocupação ou alguém se dizia dono da terra loteava e vendia. Atualmente, a iniciativa privada se solidificou como agente promotor e segue na dianteira da expansão urbana, o que inclui a venda de lotes por particulares.

No que se refere aos loteamentos, particulares e empresários, em posse dos terrenos, fazem o loteamento com pouco planejamento e vendem os lotes - até mesmo de

maneira parcelada. Quando o loteamento passa a ter um número considerável de moradias, a prefeitura passa a atuar no sentido de trazer os serviços e equipamentos.

A expansão da cidade não foi acompanhada da ampliação dos serviços públicos, ocasionando sobrecarga no saneamento básico; o abastecimento de água encanada, como exemplo, mesmo após vários melhoramentos nos últimos 10 anos, continua apresentando deficiências para atender os moradores.

A ocupação nas faixas mais periféricas, banhados e pântanos têm, como estratégia construtiva, a adoção do método de “jirau”; que consiste na construção sobre estacas para que a casa fique acima do nível máximo d’água - prevendo-se a sazonalidade das cheias. Algumas residências acoplam comportas nas entradas, outras erguem muros fechados ao seu entorno para conter a água de fora. Há casas de barro, palha, madeira e de policloreto de vinila (liga acrílica conhecida como PVC) e convencionais de alvenaria, essas últimas, popularizadas nos anos 2000.

Os métodos de construção subjacentes, construídos socialmente, dão as respostas às imposições ambientais e limitações econômicas das famílias menos favorecidas. Culturalmente, as pessoas que vieram do meio rural não perderam os seus costumes. Carregaram consigo os modos de vida, o que pode ser visto rotineiramente na criação de galinhas, patos, cavalos, jumentos e gado de corda a pastar nas beiras das estradas, jardins e quintais de casa.

3.6 Mudanças nas dinâmicas espaciais

As transformações nas dinâmicas espaciais estiveram centradas na normatização territorial para a recepção dos grandes empreendimentos agropecuários e de monoculturas, considerando a ocupação do interior do estado e sua maior integração com o território nacional por vias terrestres. Nesse contexto, destacaram-se as ideias desenvolvidas nos anos de 1950, 1960 e 1970, designadamente, aberturas/melhoramentos de rodovias, como, a BR-135 que conecta o Meio Norte do Brasil (Minas Gerais-Maranhão) e BR-222 que liga a região Nordeste e Norte (Ceará-Pará), bem como, a doação de terras pela incipiente Reforma Agrária e programas migratórios, como, o Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM) (iniciado em 1960).

A chegada de mais de 250.000 pessoas no Maranhão, entre 1961 e 1963, vindas dos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco (CUNHA, 2015), bem como as 40.000 famílias chegadas até 1967 para ocupar cerca de 3.000.000 de hectares destinados à rizicultura,

não representou avanços em termos de técnica e tecnologia para a Baixada Maranhense (CANEDO, 2008), mantendo-se as práticas agrícolas aos moldes tradicionais de produção.

O salto das infraestruturas ocorreu mesmo durante a década de 1970, quando da ocupação da fronteira agrícola nos cerrados maranhenses, principalmente, pelos projetos desenvolvimentistas, como, “Proálcool, energia nuclear, petróleo, ferrovias, polo petroquímico, papel celulose, siderurgia e metais não ferrosos (Valesul); mineração: Alunorte, Albrás e Carajás” (BARBOSA, 2013, p. 117). A abertura das estradas de rodagem, e outras alternativas de transporte e circulação de mercadorias, foram responsáveis pela diminuição da navegação no Mearim.

Atualmente, o tráfego no rio Mearim se resume basicamente a pequenas embarcações, com destaque para aquelas com finalidade pesqueira e transporte de pessoas entre os povoados e para as cidades. O principal obstáculo de navegabilidade têm sido as chamadas “croas”, bancos de areia aluviais que caracterizam o assoreamento (em alguns locais a profundidade em maré vazante chega a menos de 20 cm).

Além das vias rodoviárias e abertura de novas estradas, se teve a construção da Estrada de Ferro Carajás (1982-1985), a interligar as regiões mineradoras do interior do Maranhão e Pará a zona portuária de São Luís (Programa Grande Carajás). Essa estrada de ferro deu o tom das integrações regionais, intensificando a era da expansão do capitalismo sobre o estado do Maranhão.

O papel da ferrovia da Vale S/A tem sido cada vez mais estratégico no escoamento da produção do estado do Pará, e interior do Maranhão, aos portos da orla de São Luís, carregando desde minérios de ferro, níquel, cobre e manganês à soja, milho, combustível, celulose à passageiros, em seu trajeto de 892 km (VALE-MINERADORA). O município de Arari conta com uma estação de comboio no povoado Bubasa.

As estradas de rodagem se tornaram as principais vias de conexão entre os municípios e de articulação com os centros regionais e nacionais. A rodovia BR-222 se estende de Fortaleza (CE) ao município de Marabá (PA), passando por Arari, e interligando os estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará.

Durante as décadas de 1970 e 1980, não houve efetivamente uma política de industrialização que contemplou a região onde Arari se localiza. Contudo, ocorreu a instalação de algumas fábricas, geralmente, nas beiras das vias principais, confirmando a tentativa de alinhamento ao projeto de modernidade (ainda que por ações individuais).

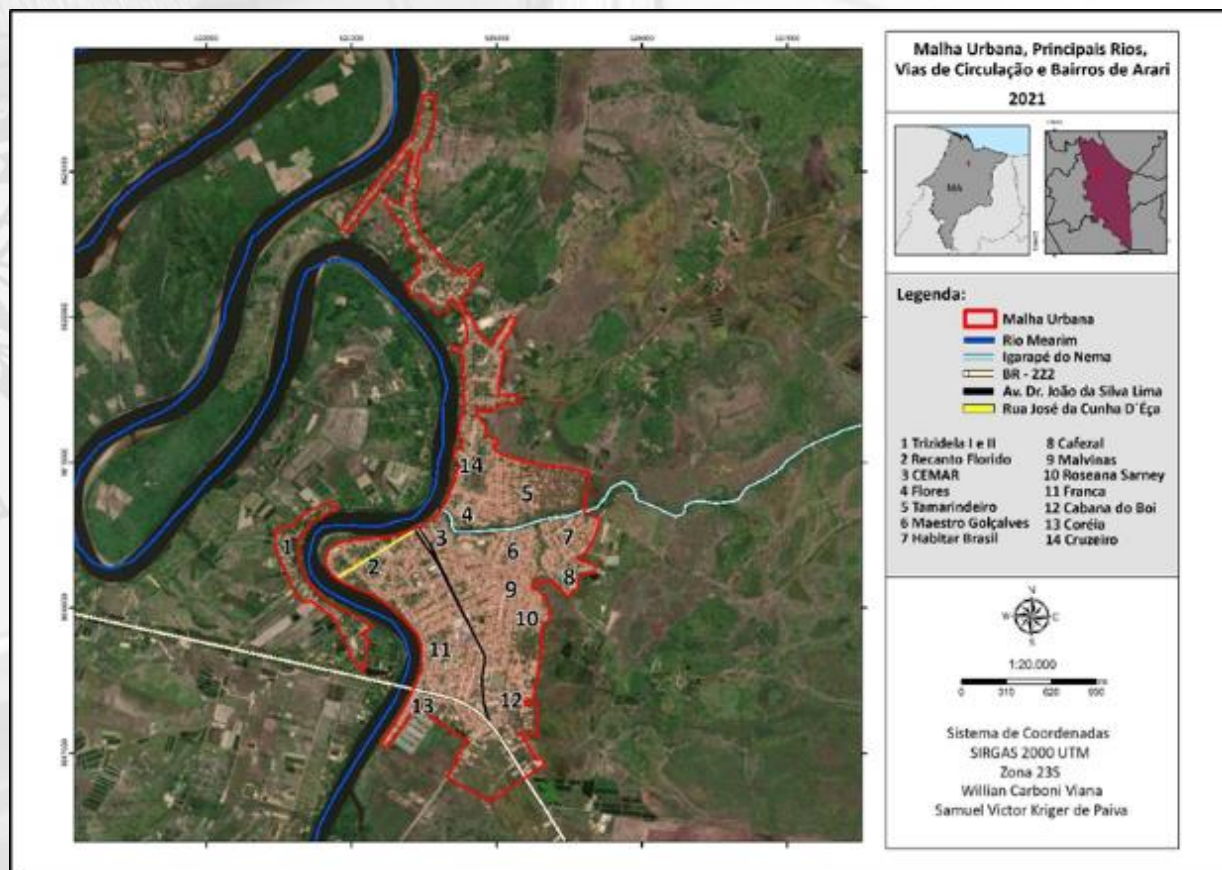
Arari contava com 18 estabelecimentos industriais em 1970, com cerca de 30 pessoas ocupadas, já em 1980, foram registrados 26 estabelecimentos e 99 trabalhadores

(IBGE, 1970; 1980). Até 1990 estiveram em funcionamento cerca de seis usinas de beneficiamento de arroz, uma delas considerada de médio porte por processar 90 toneladas por mês, duas fábricas de café, 8 casas de farinha, dois alambiques, um curtume, uma carvoaria e uma refinaria de sal, além de alguns engenhos.

Entretanto, o Estado investiu mais na expansão da pecuária e na conformação da monocultura de arroz. As rodovias foram ampliadas e melhoradas para se escoar a produção aos parques agroindustriais, no contexto de uma economia arariense dependente do setor agrícola, direcionada pela pecuária e pelo cultivo de arroz (no modelo empresarial).

Cerca de 90% do arroz do município é enviado à Camil S/A (transnacional brasileira de grãos), situada no município de Itapecuru Mirim (cerca de 75 km distante de Arari), para ser beneficiado e distribuído no atacado. O arroz que fica no município é beneficiado em três pequenas usinas, com capacidade de processamento menor que 15 toneladas por mês, estando duas situadas no centro da cidade e uma no bairro Trizidela (Figura 04).

Figura 04 - Principais vias de circulação, rios e bairros de Arari (MA).



Fonte: elaboração do autor; com base cartográfica do IBGE (2021).

O comércio na porção central conforma uma territorialidade que se sobrepõe as

residências familiares de outrora. As próprias expansões físicas dos domínios da urbe retratam a transformações impostas, fundamentalmente, pelos agentes promotores do capitalismo no espaço urbano. A avenida Dr. João da Silva Lima, que entrecorta a cidade no sentido Sul-Noroeste, concentra a maior parte do setor comercial.

Formaram-se comércios informais, de ambulantes e vendedores porta a porta, que passaram a disputar os espaços durante todo o dia, até por volta das 23 horas; um fenômeno mais visível nos finais de semana, por se concentrarem as pessoas nas praças. O centro e os bairros próximos a ele, se tornaram territórios de coabitação entre o formal e informal. O alto número de aposentados, e beneficiários de programas sociais, têm sido importante para a estabilidade econômica de Arari. Em relação ao pessoal ocupado formalmente, o município conta com 1.877 trabalhadores formais, correspondendo a cerca de 6,3% da população total. A incidência de pobreza calculada é de 55,01%, e os salários médios na faixa de 1,8 do mínimo nacional (IBGE, 2010).

A construção de conjuntos habitacionais populares, como o caso do bairro Conjunto Habitar Brasil, nas partes mais periféricas, representa uma das tentativas do poder público de (re)territorializar a massa de mão de obra (HAESBAERT, 1997). O desemprego reforçou ainda mais a formação de uma classe excluída dos modos de produção (AZEVEDO, 2008), que tende a ser marginalizada em zonas desqualificadas.

3.7 Ocupações em áreas de vulnerabilidade

A urbanização sem planejamento, materializou a ampliação física da cidade sobre áreas de risco, alagáveis, determinadas por zonas baixas formadas por solos hidromórficos, o que pode ser observado nos bairros Tamarindeiro e Conjunto Habitar Brasil (Figura 05).

Os vetores de crescimento da cidade têm ampliado áreas dos bairros Cabana do Boi, Tamarindeiro, Conjunto Habitar e Coréia, fazendo com que esses bairros se tornem áreas críticas para adensamento populacional. Esses bairros são considerados os mais vulneráveis, criminalizados, concentradores de pontos de tráfico e pobreza (Figura 05).

Figura 05 - Ocupação entre os bairros Tamarindeiro e o Conjunto Habitar Brasil.



Fonte: fotografia de campo realizado por Ademir Morais (2021).

O encarecimento dos lotes urbanos nos últimos 20 anos, tem dificultado o acesso à terra por parte da população de baixa renda, potencializando-se a ocupação nas áreas indevidas do território. Esses fatores acrescidos da falta de atuação do Estado, potencializou a ocupação nas áreas impróprias para o estabelecimento de moradias, o que colocou grande parte da população em situação de vulnerabilidade.

O Plano Diretor de Arari, feito em 2006, trata-se de uma cópia quase que “ipsis litteris” dos planos diretores dos municípios vizinhos. Apesar de ser aprovado em lei, não tem sido cumprido em suas condicionantes básicas (PDDA, 2006; PDDVM, 2006).

Cada vez mais, áreas impróprias tem sido alvo de moradia por parte das populações menos favorecidas em busca de um local para reproduzir suas relações sociais e de vida, diante de um contexto de segregação residencial e espacial.

No prisma das geometrias de poder do mundo hodierno (MASSEY, 2008), está se lidando com as múltiplas facetas da reprodução econômica e das desigualdades sociais que persistem nos centros e periferias.

Figura 06 – Área de expansão recente no bairro Tamarindeiro, alagada na cheia de 2021.



Fonte: Arari na Web (2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Arari tem sua origem no avanço da colonização, a propósito da criação de gado nas extensas planícies fluviais anexas ao rio Mearim; seu desenvolvimento foi centrado nas relações comerciais estabelecidas pelos grandes momentos econômicos no âmbito primário-agroexportador. Mas, o avanço do capitalismo agrário foi elemento central para o desencadeamento dos processos de desruralização, migração e consequente ampliação da mancha urbana, materializando tensões e conflitos entre latifundiários, ricos e os despossuídos.

No município de Arari, a cidade passou a crescer com intensidade a partir do final dos anos 1980, e tem crescido mais expressivamente para Leste, sobre campos alagáveis e nas margens ao Sul ao longo da BR-222.

A expansão urbana por sobre terrenos que situam os neossolos flúvicos e, particularmente, as várzeas de formação dos gleissolos, continuam a ser as áreas mais disponíveis para a ampliação da cidade.

As famílias menos favorecidas estão encurraladas nas áreas desqualificadas, submetidos mais ainda às condições agressivas dos ambientes por onde se territorializaram. Uma das alternativas a esse modelo de ocupação teria início com um amplo mapeamento das áreas mais altas e não alagáveis, em condições plenas de estabelecimento de moradias. E, assim, se tentar equacionar as desigualdades, ao se tentar um direcionamento aos outros terrenos que favoreçam a ocupação em níveis habitacionais para os grupos subordinados.

Grandes áreas ocupadas de forma irregular, por exemplo, podem ser esvaziadas com um programa que beneficiaria uma grande quantidade de moradores de parcelas atingidas por inundações. A cidade é o palco da vida, lugar de interações quotidianas. A procura por espaços mais justos é uma tarefa em construção, cuja ciência geográfica tem o dever de estar presente na busca das alternativas de combate às desigualdades socioespaciais.

Porquanto, a cidade do século XXI dever ser coerente, dinâmica e fluida. Não há sentido em se ter cidades densas, sendo que o dinamismo econômico está justamente nas periferias e zonas rurais.

Há que se ter um planejamento urbano eficiente, inteligente, inclusivo, integral e centralizado no Estado. Não bastam políticas isoladas e/ou compensatórias! Existe a necessidade latente da resolução dos diversos problemas, econômicos, sociais, ambientais e culturais (quando da população deslocada). Há que se assegurar a resolução dos problemas internos da cidade, levando em conta a gestão territorial. Faz-se a oferta de melhores condições de vida para a população, principalmente, a que está em condições desfavoráveis para a sua reprodução social.

Essa foi uma pesquisa que tratou de um tema essencial para a existência humana, com territorialidades densas, com agenciamentos complexos, dotados de estratégias e significados que incluem ruralidades e urbanidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P. **Os gaúchos descobrem o Brasil:** os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários. São Luís: Editora Cáritas Brasileira, 1984.

ARARI NA WEB. **Alagamentos no município de Arari.** Disponível em: <https://www.instagram.com/arari_na_web/>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

ARENZ, K. **Missões jesuíta no Maranhão e Grão-Pará**. Revista do Instituto Humanitas UNISINOS, ed. 348, 2010, p. 1-2.

BAENINGER, R. **Redistribuição espacial da população**: caracterização e tendências do caso brasileiro. Santiago do Chile: Documentos Docentes, CELADE/CEPAL, 1996, 42 p.

BARBOSA, Z. M. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, 2013, p. 113-128.

BATALHA, J. F. **Navegadores do rio Mearim e os marítimos do Arari**. São Luís: Editora Lithograf, 2002, 71 p.

BERNSTEIN, H. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. (Tradução de Eduardo Alves e Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: ZAHAR, 1996, p. 197-201.

BEZERRA, A. **Arari: espaço e sociedade**. Arari: Instituto Perone, 2014.

CALDEIRA, J. CARVALHO, F. MARCONDES, C. PAULA, S. G. **Viagem pela história do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 365 p.

CARDOSO, A. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da união ibérica (1596-1626). **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 61, 2011, p. 317-338.

CODEVASF. **Plano de preservação e recuperação das nascentes da bacia do Mearim (MA)**. Brasília: Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, 2. ed., 2019, 190 p.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. São Paulo: **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 30, 2011, p. 05-12.

DIAS, F. F.; DANTAS, R. Pequenas cidades no Centro-Oeste Paulista: uma análise sobre Canitar e Águas de Santa Bárbara. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 10, n. 22, 2021, p. 70-90.

EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, 2. ed., 2006, 365 p.

EMBRAPA. **Arroz do Maranhão: competitividade e tradição**. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, publicação comemorativa aos 40 anos, 2013, 2 p. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/83489/1/folder-arrozdo-maranhao.pdf>>. Acesso em: 25 de mai. de 2020.

FERRO, M. **A colonização explicada a todos**. São Paulo: UNESP Editora, 2017, 190 p.

FREIRE, J. L.; LIMA, J. R.; CAVALCANTI, E. P. Análise de aspectos meteorológicos sobre o Nordeste do Brasil em anos de El Niño e La Niña. **Revista Brasileira de Geografia Física**, n. 3, 2011, p. 429-444.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, 1995, p. 57-63.

GOLFARI, L.; CASER, R. L.; MOURA, V. P. **Zoneamento ecológico esquemático para reflorestamento no Brasil**: segunda aproximação. Brasília: Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais - IPEF, n. 1, 1978, p. 1-66.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997, 293 p.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOEFLE, S. W. Colonialismo carbônico na Amazônia? **Revista Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 3, n. 2, 2013, p. 19-130.

IBGE. **Estado do Maranhão: censo demográfico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1940, 142 p.

IBGE. **Estado do Maranhão: censo demográfico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1950, 142 p.

IBGE. **Estado do Maranhão: censo demográfico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1960, 268 p.

IBGE. **Censo demográfico do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1970, 72 p.

IBGE. **Censo demográfico do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1980, 78 p.

IBGE. **Censo demográfico do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1991, 63 p.

IBGE. **Censo demográfico do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2000b, 550 p.

IBGE. **Censo demográfico do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010, 235 p.

IBGE. **Mapa de geologia do estado do Maranhão**. Escala 1: 1.400.000. Projeção Policônica (DATUM horizontal SIRGAS 2000, DATUM vertical Imbituba). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1. ed., 2011A.

IBGE. **Mapa de geomorfologia do estado do Maranhão**. Escala 1: 1.400.000. Projeção Policônica (DATUM horizontal SIRGAS 2000, DATUM vertical Imbituba). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1. ed., 2011B.

IBGE. **Mapa de pedologia do estado do Maranhão**. Escala 1: 1.400.000. Projeção Policônica (DATUM horizontal SIRGAS 2000, DATUM vertical Imbituba). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1. ed., 2011C.

IBGE. **Manual técnico de pedologia**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 3. ed., 2015, 430 p. ISBN 978-8524043598.

INMET. **Normais climatológicas do Brasil de 1981 a 2010**. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/normaisClimatologicas>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

JAPIASSÚ, L. A. T.; LINS, R. D. B. As diferentes formas de expansão urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 2, n. 13, 2014, p. 15-25.

KÖPPEN, W. Das geographische System der Klimate. *In*: KÖPPEN, W.; GEIGER, R. **Handbuch der Klimatologie**. Berlin: Gebrüder Bornträger. Banda 1 (C), 1936, 1-44.

LOPES, R. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon e Seleta Rio, Coleção São Luís, v. 2, 1970, 199 p.

MACERDO, R. S. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador, EDUFBA, 2. ed., 2004, 297 p.

MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Maranhão: Ed. Typ. Frias, 1870, 558 p.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312 p.

MENDONÇA, F. Dualidade e dicotomia da Geografia Moderna: a especificidade científica e o debate recente no âmbito da Geografia brasileira. **Revista Raega – O Espaço Geográfico em Análise**, v. 2, 1998, p. 153-165.

MENDONÇA, H. **Arari em fotos**. Disponível em: <<http://www.hiltonmendonca.adv.br>>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

MELLO, E. C de. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 372 p.

MINGIONI, E. Urbanismo. *In*: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org). **Dicionário do pensamento social do século XX**. (Tradução de Eduardo Alves e Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: ZAHAR, 1996, p. 782-785.

NIMUENDAJU, K. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2017.

PDDA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Arari**. Arari: Lei Municipal número 011/2006, 2006, 80 p.

PDDVM. **Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Vitória do Mearim**. Vitória do Mearim: Lei Municipal número 286/2006, 2006, 78 p.

PEDROSA, L. A. C. **A luta pela terra no Maranhão**. (Dissertação de Mestrado). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 1999, 43 p.

PEREIRA, E. L. **Pelos caminhos das águas: um estudo da hidronímia da mesorregião Norte maranhense**. São Luís. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 4. ed., 2008, 392 p.

SILVA, P. F.; BERNARDELLI, M. L. F. da H. Formação socioespacial e cidades pequenas: um segmento da rede urbana na porção meridional de Mato Grosso do Sul. **Revista GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 23, n. 1, 2019, p. 163-181.

SILVA, F. B.; SANTOS, J. R.; FEITOSA, F. E.; SILVA, Í. D.; ARAÚJO, M. L.; GUTERRES, C. E. Evidências de mudanças climáticas na região de transição Amazônia-Cerrado no estado do Maranhão. **Revista Brasileira de Meteorologia**, n. 31, 2016, p. 330-336.

SOUZA, E. B.; KAYANO, M. T.; TOTA, J.; PEZZI, L.; FISCH, G.; NOBRE, C. On the influences of the El Niño, La Niña and Atlantic dipole pattern on the Amazonian. **Acta Amazônica**, n. 30, 2000, p. 205-318.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade. **Revista Geosul**, v. 18, n. 35, 2003, p. 43-53.

VALE-MINERADORA. **Informações sobre ferrovia Carajás.** Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 31 de jan. de 2022.

VIANA, W. C. Rural territories sub-integrated in the globalized agrarian economy: the Curral da Igreja Village, Arari, Maranhão - Brazil. **Rev. cient. estud. investig.**, n. 7(1), 2018, p. 69-91.

VIANA, W. C. **O território usado entre manifestações culturais e firmas transnacionais:** o caso da territorialidade da monocultura do arroz na região dos Eixos Rodoferroviário – Maranhão (Brasil). Porto. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2021.

VIANA, W. C.; SANTOS, J. L. A moenda e o rio: estudo da paisagem cultural do engenho São João em Arari - Maranhão (Brasil). **Revista O Ideário Patrimonial**, n. 15, 2021, p. 135-152.
